

PEQUENA CRÍTICA AUTOGESTIONÁRIA AO BLOCO PROGRESSISTA CONTEMPORÂNEO

Rubens Vinícius da Silva*

Este breve trabalho visa ser mais uma contribuição à já existente crítica autogestionária ao conjunto do bloco progressista. O objetivo é contribuir para que os militantes autogestionários possam ter mais uma arma da crítica no combate ao progressismo e sua hegemonia sobre o proletariado e seus aliados. Entretanto, ataca um tema que tem novamente ressoado em alguns setores do bloco progressista, sobretudo sua ala extremista. Trata-se da crítica ao progressismo e suas versões contemporâneas, alinhadas ao subjetivismo, paradigma hegemônico no regime de acumulação integral.

Nunca é demais lembrar que o progressismo nada mais é do que um conservadorismo ilustrado: busca manter a sociedade capitalista sob um verniz distinto. Em sua ala moderada, escolhe a disputa eleitoral como meio para conquista do poder de Estado e contribui diretamente para a manutenção do capitalismo privado. Em sua ala extremista, defende uma concepção de tomada do poder estatal pela via do golpe de Estado e se torna agente direto do capitalismo de Estado. Para fins explicativos, alternaremos os usos da problemática expressão “esquerda” com os conceitos de bloco progressista e progressismo.

É comum ouvir e ler no interior do bloco progressista análises, clamores e pedidos que sugerem uma “autocrítica”. A esquerda parece passar por uma crise infundável, ao menos desde as décadas finais do século XX. Há quem tenha decretado sua morte, esperando pelo dia de sua ressurreição. Algo quase ritualístico, podemos afirmar: se a esquerda perde as eleições, culpam-se a direita e os trabalhadores (que supostamente não saberiam votar); se a esquerda ganha as eleições, culpa-se a oposição (a direita, por vezes, visando justificar uma suposta falta de coragem e radicalidade por parte dos eleitos) para ou amenizar as críticas ou torná-las mais críveis.

Neste sentido, apesar de reconhecer os “perigos” da institucionalidade, ainda há quem defenda uma frente ampla contra uma suposta “esquerda liberal”, personificada no governo atual. Pois bem, a grande questão que pode ser colocada, nos limites deste

pequeno trabalho, é a seguinte: seria o bloco progressista (esquerda) o meio pelo qual a classe operária buscaria sua emancipação?

Pretendemos responder ao questionamento acima com um brevíssimo histórico acerca do bloco progressista, tanto nacional quanto internacionalmente. O progressismo burguês é distinto da social-democracia. Na primeira metade do século XIX, emergem várias “tendências socialistas”, criticadas por Marx no terceiro capítulo do Manifesto Comunista, intitulado Literatura Socialista e Comunista. Do mesmo modo, o progressismo se expressa na economia política e é criticado por Marx, que os denominou como “eccléticos”.

A social-democracia emerge na França, no bojo das lutas políticas no ano de 1848, no limiar da segunda metade do século XIX, com o objetivo explícito de estabilizar as lutas entre capitalistas e proletários, esvaziando o conteúdo político das lutas operárias para com isso se burocratizar inevitavelmente nos quadros da democracia burguesa então nascente¹.

O caso clássico alemão, durante o final do século XIX e começo do século XX, levou às últimas consequências tal objetivo. Em que pese as divergências internas entre a tendência revisionista (cujos principais ideólogos foram Karl Kautsky e Edward Bernstein) e a tendência crítica (Rosa Luxemburgo em especial), o papel do SPD (Partido Socialdemocrata Alemão) neste momento histórico consistiu em abandonar e obliterar qualquer projeto alternativo de sociedade, em prol do crescimento vertiginoso do partido, de seus filiados e dos compromissos com a manutenção da sociedade capitalista.

Assim, temos que o processo da social-democracia alemã é emblemático. Da votação dos créditos de guerra, passando pela perseguição e repressão sistemática às organizações e indivíduos revolucionários, culminando com a colaboração implícita para o nazismo, temos cabalmente demonstrado como as organizações que emergem das

* Sociólogo e militante do MOVAUT - Movimento Autogestionário.

¹ “O caráter peculiar da social-democracia resume-se ao fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com os dois extremos capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia” (Marx, 1978, p. 350).

lutas do proletariado podem se transformar em suas inimigas mais íntimas e encarniçadas².

Outro exemplo é o da emergência e posterior consolidação do bolchevismo. Este surge na Rússia de finais do século XIX, como expressão extremada da social-democracia alemã, modelo para os partidos progressistas da época. Com a consolidação da ideologia da vanguarda (cumprir ressaltar a inspiração de Lênin no grande ideólogo da tendência revisionista da social-democracia alemã, Karl Kautsky, que cindia o socialismo da luta operária e negava ao proletariado a capacidade de se emancipar, delegando tal tarefa à intelectualidade e a burocracia³) temos uma mutação formal. Ao invés da conquista do poder estatal pela via eleitoral, fundada na colaboração de classes, os bolcheviques propõem a tomada do poder de estado pela via insurrecional, o que remete à tentativa de expropriar a burguesia e promover a estatização dos meios de produção, que tomam a forma de capital na sociedade burguesa⁴.

Se a social-democracia alemã foi a grande inimiga do proletariado europeu e mundial entre o final do século XIX e começo do século XX, o bolchevismo russo não só continuou como ampliou tal percurso. A repressão sistemática aos soviets (conselhos operários), a indicação de membros da antiga burguesia privada para os cargos de direção das fábricas então estatizadas, a implantação do taylorismo nas fábricas, a perseguição aos setores de oposição dentro e fora do partido, a militarização do trabalho, o esvaziamento dos soviets e sua transformação em correia de transmissão do partido, a burocratização sufocante de todos os aspectos da vida em sociedade enfatizam como a contrarrevolução burocrática na Rússia foi uma grande derrota para o proletariado e seus aliados. O bolchevismo, embora moribundo, com seu culto à

² “A social-democracia, reciclada às exigências do capitalismo, tinha grande influência sobre as massas operárias alemãs. A trágica divisão entre o PC alemão e a social-democracia é que permitirá a ascensão legal de Hitler ao poder como primeiro-chanceler, com o aval da classe dominante alemã e do exército, além do apoio de setores de trabalhadores urbano-rurais e, especialmente, da classe média (sic), o grande apoio social de Hitler” (Tragtenberg, 1986, p. 29).

³ Para ver a sistematização da ideologia da vanguarda por Lênin e perceber seu caráter nitidamente antimarxista, conferir Lênin (1973).

⁴ Há uma imensa bibliografia sobre os desdobramentos da contrarrevolução burocrática na Rússia e o papel do bolchevismo na destruição e no desmantelamento dos soviets. Como introdução, consultar Brinton (1972) e Tragtenberg (1988).

personalidade e com suas análises fossilizadas, ainda é um inimigo bastante dissimulado e perigoso quando o proletariado e seus aliados se apresentam na luta política⁵.

A história das sociedades humanas é caracterizada pela história da sucessão dos modos de produção⁶. Do mesmo modo, a história do capitalismo é marcada pela sucessão dos regimes de acumulação. Estes últimos correspondem a uma forma relativamente estável da luta de classes e da acumulação capitalista em determinado momento histórico. A vitória da burguesia e sua consolidação marcam o surgimento da episteme burguesa, um modo de pensar e de produzir ideias que influenciam o conteúdo do pensamento e atuam como forte determinação deste último que reproduz a mentalidade burguesa e a sociabilidade capitalista.

Os regimes de acumulação são basicamente marcados por um determinado processo de extração de mais-valor, uma determinada forma estatal, uma determinada configuração da exploração internacional e uma sucessão de paradigmas hegemônicos. Se as três primeiras características evidenciam as tarefas políticas e econômicas da burguesia, a última se vincula às tarefas culturais da classe dominante⁷.

No caso concreto do bloco progressista, sua história é a da assimilação de elementos do marxismo pelas ideologias burguesas, as quais são expressão da episteme burguesa. A sucessão dos regimes de acumulação e as renovações hegemônicas decorrentes revelam a quase extinção da social-democracia (tanto a moderada quanto a extremada) evidenciando a dinâmica desse processo. A história do bloco progressista revela sua ascensão no século passado e sua total consolidação no século presente.

Na sociedade brasileira, temos como exemplo emblemático o PT (Partido dos Trabalhadores). Surgido como uma grande reunião de setores progressistas do Brasil quando das lutas ocorridas ao final da ditadura militar, este partido foi durante as últimas

⁵ “No fundo, o pseudomarxismo bolchevista já vinha historicamente perdendo força e com a derrocada do capitalismo de Estado russo passou a ser uma força política menor, mas ainda continua sendo uma ameaça sob a forma de contrarrevolução burocrática, mesmo porque pode se aliar com as demais forças pseudomarxistas e setores da sociedade para evitar a revolução proletária” (Viana, 2008, p. 63).

⁶ “Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a História, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (MARX e ENGELS, 2004, p. 31).

⁷ A respeito da teoria dos regimes de acumulação e da subsequente sucessão dos paradigmas hegemônicos, conferir Viana (2008; 2009; 2018; 2019).

duas décadas do século XX a principal organização progressista da América Latina. Seus “braços” (CUT e MST, em especial) buscaram levar para o movimento sindical, para o movimento estudantil e para a luta dos sem-terra as diretrizes da principal e há décadas hegemônica tendência do partido (Articulação de Esquerda). O PT marca os limites da social-democracia e sua quase extinção após a tomada do poder estatal, consolidando a passagem do Brasil ao regime de acumulação integral no contexto de um país de capitalismo subordinado.

O PT, já na sua fundação, foi hábil no processo de expulsão e esvaziamento de suas tendências mais ou menos alinhadas ao bolchevismo. Seus “filhos” (PSTU, PCO, PSOL) até hoje se aliam, quando dos perigos de uma ascensão eleitoral da direita. Ao tomar o poder de Estado pela via eleitoral, em momento algum o PT buscou, ainda que minimamente, levar à cabo as promessas de políticas universais e grandes reformas que perpassavam o discurso do partido até o final do século XX. Muito pelo contrário: o que se viu foi uma série de alianças com o grande capital e a consolidação do neoliberalismo no Brasil, em sua versão neopopulista.

O capitalismo contemporâneo, marcado pelo regime de acumulação integral e pela emergência do paradigma subjetivista⁸, trouxe a necessidade de mutação discursiva do bloco progressista ao redor do globo. O PT no poder evidenciou a mudança acima mencionada: o abandono do discurso de luta de classes, da percepção da exploração e da dominação dela decorrentes, somado ao atendimento dos interesses de classe da burguesia veio acompanhado da exaltação das identidades, dos grupos, sujeitos e de políticas microrreformistas. Estas últimas, além de não significarem um avanço diante do miserável quadro geral da sociedade capitalista, acabaram por reforçar o que supostamente estariam combatendo.

Todas essas mutações tinham por objetivo consolidar um conjunto de artifícios para angariar votos e se manter no poder estatal. Nesse sentido, as mudanças discursivas fazem parte de uma adequação ao novo paradigma hegemônico, o

⁸ “Em síntese, o subjetivismo aparece como o paradigma adequado ao regime de acumulação integral. Ele cumpre a função de incentivar o participacionismo, e voluntarismo nas empresas capitalistas, através do toyotismo, e na sociedade civil, ocupando o espaço que era do Estado integracionista e foi abandonado pelo Estado Neoliberal. **Ele cumpre uma função cultural: despolitizar e dividir as lutas e secundarizar ou desconsiderar o proletariado**” (Viana, 2019, p. 273, grifos meus).

paradigma subjetivista. Tal processo é coerente com os objetivos mencionados, bem como conduziu às mesmas consequências políticas (despolitização, reducionismo e adesão ao moralismo subjetivista).

A adequação petista ao subjetivismo é o corolário de um processo mais amplo, que vai ao encontro da perda gigante da força do bolchevismo, bem como da sua hegemonia no seio do bloco progressista. Essa perda veio acompanhada de uma unidade discursiva e político-institucional vinculada ao subjetivismo. Quer dizer, a exaltação dos sujeitos e das identidades (grupos sociais em especial), o moralismo subjetivista, o reducionismo e a despolitização (isto é, a recusa da categoria da totalidade em sua acepção marxista e a negação da política enquanto expressão da luta de classes) unificam tanto os setores mais extremados e moderados do bloco dominante quanto os setores mais moderados e menos extremados do bloco progressista.

Sendo o bloco dominante (direita) o conjunto das organizações e indivíduos que expressa de forma mais consciente, sistematizada e coerente os interesses do capital e o bloco progressista (esquerda) o conjunto das organizações e indivíduos que expressa de forma mais consciente, sistematizada e coerente os interesses de determinados setores da burocracia e da intelectualidade⁹, torna-se óbvio, pelo que se argumentou até aqui, que ambos os blocos propõem, quando muito, um capitalismo reformado. Tanto o bloco dominante quanto o bloco progressista disputam o poder estatal, visando manter intocáveis as relações de produção e o conjunto das relações sociais burguesas.

Todavia, há setores no interior do progressismo que, além de fazer uma crítica, propõem uma renovação ou mesmo uma reinvenção da esquerda. Entretanto, estes setores não conseguem dar conta desta tarefa, por não conseguirem se desvencilhar de seus limites intrínsecos: dentre eles, podemos elencar a mentalidade burocrática, a burocracia como forma organizacional e classe social, o fato do bolchevismo ser a interpretação dominante do marxismo, ou seja, a expressão mais famosa do pseudomarxismo, o processo histórico de vida de alguns indivíduos sinceros, etc. Falta-lhes superar a concepção golpista e avançar no sentido de compreender a radicalidade da revolução proletária.

⁹ Sobre a dinâmica dos blocos sociais e seu impacto na luta de classes, veja-se Viana (2015).

Se entendermos por revolução proletária o processo de transformação total e radical do conjunto das relações sociais capitalistas pela autogestão generalizada, fica nítido que há um bloco social que busca expressar, de forma consciente, sistemática e coerente, os interesses do proletariado e de seus potenciais aliados. Trata-se do bloco revolucionário. Este último, especialmente na sua ala proletária, possui uma tarefa cada vez mais urgente e que se renova na história do capitalismo: criticar de modo radical e desapiedado, tanto o bloco dominante quanto o bloco progressista.

O marxismo autogestionário, expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado no regime de acumulação integral, é a grande arma teórica nesta luta direta contra a hegemonia burguesa e a hegemonia burocrática que dominam o capitalismo contemporâneo. Portanto, não se trata de criticar o indivíduo X ou Y em detrimento deste ou daquele candidato, ou de reproduzir os distintos moralismos, o reducionismo e a despolitização que tanto agradam ao capital e suas classes auxiliares.

Para atender aos propósitos deste minúsculo texto, encerramos frisando dois pontos. O primeiro deles é que, trata-se, acima de tudo, de desmistificar o caráter insustentável de uma suposta renovação, reinvenção ou ressurreição da esquerda. Não existe esquerda anticapitalista. Muito menos esquerda revolucionária. Os partidos políticos são organizações burocráticas que visam conquistar e/ou manter o poder estatal, se utilizando da ideologia da simulação/dissimulação e expressando as classes sociais que têm interesse na manutenção do capitalismo.

Além disso, os partidos políticos funcionam inevitavelmente como um estado em miniatura e têm horror a uma sociedade sem classes, sem exploração e sem dirigentes e dirigidos. A história da luta de classes no capitalismo demonstra que todas as vezes que os partidos progressistas conquistaram o poder (seja pela via legal ou golpista), as relações sociais burguesas sofreram alterações formais, mas seu conteúdo permaneceu.

No caso de sua expressão moderada (o SPD alemão e o PT no Brasil), tivemos uma renovação e adequação hegemônicas no contexto do capitalismo privado. No caso de sua expressão extremista (a tomada do poder estatal pelos bolcheviques na Rússia), tivemos a instauração do capitalismo de Estado, com a burguesia burocrática emergindo como a classe que simultaneamente se apropriava do mais-valor produzido pela classe operária e administrava o Estado, principal aparato privado do capital e forma social burguesa.

O segundo ponto concerne à necessidade de complementar o primeiro ponto. Em outras palavras, a crítica radical ao bloco progressista deve estar articulada à defesa e ao resgate do projeto autogestionário. Ao invés de se iludir com a “construção do partido revolucionário” (expressão paradoxal essa: a revolução abole os partidos e a burocracia e os partidos políticos são agentes da contrarrevolução, sendo essencialmente contrarrevolucionários) é fundamental trazer à tona e reforçar o processo de autonomização e a constituição de organizações autárquicas (sem dirigentes e dirigidos, antagônicas às organizações burocráticas dominantes no capitalismo) pelo proletariado.

Tais organizações precisam estar sob a égide da hegemonia proletária, para que não sejam absorvidas pela burocracia e nem virem um fetiche. A auto-organização divorciada do projeto autogestionário é inócua para a luta do proletariado e seus aliados pela superação do capitalismo e instauração da autogestão social. Há muito trabalho a fazer: o desânimo do bloco revolucionário frente à dinâmica atual do capitalismo pode servir como um instrumento para que o progressismo volte, mais uma vez, a se aproximar dos trabalhadores. Para tanto, a luta cultural se mantém, bem como a máxima: autogestão social ou barbárie capitalista!

Referências

BRINTON, Maurice. *Los bolcheviques y el control obrero 1917-1921. El estado y la contrarrevolución*. Madrid: Ruedo Ibérico, 1972.

LÊNIN, Vladimir. *Que Fazer?* Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã e Teses Sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

VIANA, Nildo. *Blocos Sociais e Luta de Classes*. Revista Enfrentamento, Goiânia: ano 10, N. 17, jan/jul., pp. 7-44, 2015. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/425/401>

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Idéias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês: episteme burguesa e episteme marxista*. Curitiba: CRV, 2018.